



**CENTRO DE MEMÓRIA DO ESPORTE
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA, FISIOTERAPIA E DANÇA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

PROJETO GARIMPANDO MEMÓRIAS

CLÁUDIO GUALBERTO

(depoimento)

2016

CEME-ESEFID-UFRGS

FICHA TÉCNICA



Projeto: Garimpendo Memórias

Número da entrevista: E-737

Entrevistada: Cláudio Gualberto

Nascimento: 12/07/1967

Local da entrevista: Prefeitura Municipal de Ipatinga (MG)

Entrevistadora: Pamela Siqueira Joras e Rejane Penna Rodrigues

Data da entrevista: 17/10/2016

Transcrição: Laura Giovana dos Santos Andrade

Copidesque: Pamela Siqueira Joras

Pesquisa: Pamela Siqueira Joras

Revisão Final: Silvana Vilodre Goellner

Total de gravação: 32 minutos e 5 segundos

Páginas Digitadas: 18 páginas

Observações:

Entrevista realizada para o projeto *Memórias do Programa Esporte e Lazer da Cidade/Vida Saudável* desenvolvido pelo Centro de Memória do Esporte.

O Centro de Memória do Esporte está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais, este depoimento de cunho documental e histórico. É permitida a citação no todo ou em parte desde que a fonte seja mencionada.

Sumário

Formação e envolvimento com a área do esporte e lazer; Aproximação com o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC); Implantação do PELC em Ipatinga; Pessoas envolvidas; Demandas do Programa; Locais de atuação; Dificuldades enfrentadas; Desenvolvimento e impacto dos programas sociais; Legados dos programas sociais de esporte e lazer.

Porto Alegre, 17 de outubro de 2016. Entrevista com Cláudio Gualberto a cargo das pesquisadoras Pamela Siqueira Joras e Rejane Penna Rodrigues para o Projeto Garimpando Memórias do Centro de Memória do Esporte.

P.J. – Cláudio, eu queria te agradecer primeiro pelo teu tempo disponibilizado para conversar conosco e gostaria que tu começasses falando um pouquinho da tua formação e do teu envolvimento com a área do Lazer e do Esporte.

C.G – Bom, inicialmente minha graduação é na área da Educação Física. Depois eu fiz uma pós-graduação em Treinamento Esportivo e depois, até pela própria aproximação com o Programa Esporte e Lazer da cidade, eu realizei outra especialização pela UFMG¹ em 2005, Estudos do Lazer. E como consequência dessa especialização eu também me interessei em fazer um mestrado também na área dos Estudos do Lazer pela UFMG. Então minha formação é Mestre em Estudos do Lazer pela UFMG.

P.J. – E na área do Lazer e do Esporte, como começou esse teu envolvimento com ela?

C.G – Ah, ela começa justamente entre 2003 e 2004 quando o Ministério do Esporte resolve fazer um projeto piloto dessa proposta. Naquele momento, inovadora, do Programa Esporte e Lazer da Cidade e eu trabalhava na Secretaria de Esporte. Ainda não era uma Secretaria naquela época, era um Departamento de Esporte dentro da Secretaria de Educação, na cidade de Ipatinga. A partir daí eu começo a me interessar por essa discussão do lazer como uma política pública e isso vai se avolumando até a ponto de eu alterar minha trajetória profissional mesmo, porque anteriormente eu estava muito para outra área e a partir dessa aproximação com o Programa me interessou muito e eu passei a me dedicar mais a essas discussões. A partir de 2007 inclusive passei a ser um membro do grupo de formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade.

P.J. – E como foram esses teus primeiros envolvimento com o PELC²? Quais as demandas que existiam no começo do projeto?

¹ Universidade Federal de Minas Gerais

² Programa Esporte e Lazer da Cidade.

C.G – Quando o Programa chegou a Ipatinga, em 2004, ainda em condição de piloto, eu trabalhava no Departamento de Esporte dentro da Secretaria de Educação e o diretor na época, o Carlos Magno³, me convidou para conhecer o Programa inclusive para receber uma missão do Ministério do Esporte naquele momento representada pelo professor Luiz Otávio⁴ e pela professora Andrea Ewerton⁵. Eu os recebi aqui na cidade de Ipatinga, não só para apontar a estrutura física que o município dispunha para abrigar os núcleos do Programa, mas também historicamente o que a cidade já vinha realizando no sentido de tratar tanto o esporte como o lazer como uma política pública e objeto de estudo, como também na perspectiva de assegurar isso como um direito do cidadão. Então naquele momento a minha primeira aproximação do Programa foi nesse sentido.

P.J. – E nesse primeiro momento vocês tinham uma equipe? Quantas pessoas? Quem eram essas pessoas?

C.G – É naquele momento, o município tinha alguns programas próprios que já trabalhavam, mas para receber o Programa nós tivemos que constituir uma equipe específica e fizemos uma opção já naquele momento de uma composição intersetorial que envolvia não só a parte do esporte, mas a parte da educação, da assistência social, da própria saúde naquele momento... Então nós constituímos um comitê intersetorial que tinha representação dessas áreas e a partir disso fizemos a contratação dos quadros também responsáveis pela coordenação e também por ministrar as oficinas desenvolvidas naquele projeto piloto.

P.J. – E tu tens noção mais ou menos de quantas pessoas, nesse começo foram envolvidas?

C.G – Ah...Não vou correr o risco de te afirmar isso não. Posso te dar esse dado depois...Mas te afirmar hoje porque... Eu não consigo resgatar aqui de cabeça exatamente qual o formato que ele chegou... Em quantos núcleos, mas a gente consegue documentalmente repassar isso depois.

³ Carlos Magno Xavier Correa

⁴ Luis Otávio Neves Mattos

⁵ Andréa do Nascimento Ewerton

P.J. – E como foi feita a escolha desses locais, o levantamento desses locais para implantação do PELC aqui em Ipatinga?

C.G – Preferencialmente a gente trabalhou com duas questões muito pontuais. Uma era justamente onde que a gente não conseguia chegar com os projetos que já existiam da prefeitura, então o primeiro critério foi esse. E o segundo ponto, foi aquele local que a gente ainda não chegava com os projetos da prefeitura, onde tivesse minimamente uma estrutura. Às vezes tinha locais que de fato ainda não eram atendidos, mas também não tinha uma infraestrutura mínima ali para receber o Programa. Na verdade os dois componentes eram: onde que o braço da administração não conseguia chegar na oferta na questão do esporte e do lazer, e no segundo momento que tivesse ali minimamente uma estrutura para dar conta de, não só do ponto de vista da confortabilidade, mas também da segurança de atender as pessoas.

P.J. – E tu tens noção de mais ou menos quantos núcleos foram implantados nesse piloto, no início?

C.G – Pois é, essa informação eu não consigo te dar prontamente não [riso]. Mas eu consigo levantar isso e te passar. Eu fico te devendo essas duas informações: o quantitativo de beneficiários e quais os locais que foram atendidos... A gente tem o mapeamento disso.

P.J. – E teve algum processo de formação para esses monitores irem trabalhar nesses locais? Quem eram eles? Eram estudantes de graduação? Ou eram pessoas da comunidade?

C.G – O processo de formação, ele atendeu ao requisito do Ministério que os coordenadores os agentes foram submetidos a uma capacitação presencial orientado pelo Ministério. O primeiro módulo realizado aqui foi desenvolvido pela professor Victor Melo⁶ e pelo professor Diná Teresa⁷ de São Paulo. O Victor Melo do Rio de Janeiro e a Diná de São Paulo. Foram os dois primeiros formadores que vieram a Ipatinga. Naquele momento nós tínhamos desde graduandos de Educação Física, mas também muita liderança comunitária. A gente já tinha historicamente muita gente envolvida nesse processo de ter

⁶ Victor Andrade de Melo.

⁷ Diná Teresa Ramos de Oliveira.

uma atividade em algumas comunidades que seriam beneficiadas pelo Programa, então esses foram convidados a estar, mas também a gente tinha, numa proporção menor, graduandos em Educação Física.

P.J. – E como foram as escolhas das atividades para as comunidades? As atividades desenvolvidas nesses locais.

C.G – No primeiro momento foi necessário entender um pouco da lógica do Programa. Naquele momento a proposta era muito diferente do que a gente tinha anteriormente, quando você tem um programa de esporte e lazer a incorporação de outros interesses de para além do físico esportivo, aquilo era novidade para todo mundo. Tinha muito uma lógica daqueles programas que era ou um programa para criança ou um programa para adolescente ou um programa para idoso... E muito centrado na prática esportiva nas modalidades características, futsal, voleibol, basquete... Então quando você incorpora ali um teatro, uma capoeira, música... Outros interesses vinculados ao lazer é extremamente nova essa proposta. Então primeiro foi necessário entender isso. A partir disso foi feita uma apresentação num formato inicial para as comunidades, mas isso foi todo o tempo sendo remodelado porque a partir do momento que você chegava percebia que tinham outras demandas, que sendo possíveis, eram incorporadas a grade horária como acontece, inclusive até hoje, mas naquele momento mais acentuadamente porque tinha toda uma lógica que ali era o programa de esporte muito centrado na questão físico-esportiva, mas isso foi sendo construído, discutido e percebido também com as demandas que vinham de lá.

P.J. – Como era um projeto piloto, vocês não tinham uma experiência anterior que pudessem se basear. Então como era feita a avaliação desse início do projeto? Tinha alguma ferramenta de avaliação desses locais?

C.G – Na verdade quem ficou responsável de acompanhar isso foi o comitê que eu te falei que foi criado no início. A gente tinha um comitê intersetorial que tinha representação da Secretaria de Educação e do Departamento de Esporte, que o esporte ainda era um departamento, a saúde, a assistência social e me parece que eram essas quatro faces que tinham assento nesse comitê que se reunia uma vez por mês para dar conta de responder...

[INTERRUPÇÃO DA ENTREVISTA]⁸

P.J. – E tu sabes me apontar quais seriam as dificuldades iniciais dessa implantação?

C.G – A primeira sem dúvida foi absorver essa questão de você não trabalhar só com a lógica das práticas físico-esportivas. Até porque culturalmente você não tinha essa dinâmica que o programa ampliado apresenta de trabalhar com esses outros conteúdos... Até porque a gente tem, como a maioria das cidades brasileiras, um elemento muito vinculado ao futebol, muita gente achava que era mais uma escolinha de esporte e particularmente uma escolinha de futebol e entre os agentes inclusive era muito difícil você conseguir desconstruir isso e mostrar para eles. O.K., “bacana” a gente pode trabalhar o futebol, o futsal, mas existem outros elementos que a gente pode... E isso inclusive foi motivo de uma rotatividade muito grande porque às vezes as pessoas não conseguiam absorver isso e quem era responsável pelo programa tinha que dar conta. A gente tinha até uma rotatividade grande dos agentes por causa dessa questão especificamente, acho que o principal, o elemento mais difícil de ser aprendido é o diferencial dessa proposta naquele momento. Lógico que também a gente teve que lidar com outro elemento porque o Programa chegou e a partir do momento que ele foi se tornando conhecido, começou a ter muita solicitação com relação... para que o Programa fosse até determinadas comunidades e a gente esbarrava ou na indisponibilidade de um agente pela carga horária dele que já estava comprometida, às vezes esbarrava, por exemplo, na questão de transporte e você não tinha recurso no convênio e no âmbito da prefeitura nos orçamentos não estava previsto a medida de custos de transporte... Então às vezes a demanda foi crescendo e a gente não conseguiu atender por essas questões.

R.R. – Tu tens ideia porque Ipatinga foi uma das cidades escolhidas para ser projeto piloto?

C.G – Em 2004/2005 a gente já estava na quarta gestão consecutiva, a gente teve um mandato inicial que foi do Chico Ferramenta⁹ em 89, depois teve o mandato do vice dele

⁸ Entrevistado atende o telefone.

⁹ Francisco Carlos Delfino.

que foi o João Magno que deu sequência a isso e o Chico volta e faz dois mandatos seguidos. Então estava no terceiro mandato do Chico e ele sempre trabalhava nessa perspectiva de que o esporte tinha que estar ligado a outras políticas e inclusive iniciou no mandato dele a proposta da construção da Secretaria de Esportes que passou a vigorar a partir de 2005. Nesse sentido de historicamente a cidade já ter alguns projetos... Nós tínhamos a questão do 7 de outubro que era e é até hoje, hoje está meio desativado, mas é um centro esportivo cultural que tinha desde iniciação esportiva de judô, do karatê, do futsal, do basquete, mas tinha ali também uma escola de música, uma escola de teatro... Isso tudo, na verdade, contribuiu para que se atentasse ao que estava sendo feito aqui.

P.J. – E o que tu destacarias nesse começo que serviu como base para a continuidade do projeto? De positivo, de negativo, o que contribuiu nesse primeiro momento do PELC.

C.G – Olha! Eu acho que a experiência foi extremamente positiva e como a gente estava entre 2004 e 2005 passando por um processo de alternância de governo, naquele ano de 2004... Em 2005, assumiu outra gestão no município, a gente vinha a quatro gestões seguidas e aí em 2005 assume uma nova gestão. A experiência de Ipatinga serviu para a gente pensar em como esse programa poderia chegar mais abertamente em outros municípios aqui da região e foi aí que surgiu a ideia do consórcio. Porque naquele momento o convênio foi celebrado com a prefeitura de Ipatinga e a prefeitura de Ipatinga só poderia aplicar esse recurso no município de Ipatinga. A ideia do consórcio é que a gente tivesse uma organização não governamental que tivesse capacidade de receber o recurso e distribuir em vários municípios. Isso acontece a partir de 2006 quando, numa primeira experiência, a gente reúne vinte e um municípios da região inclusive Ipatinga, irradiando por toda a região metropolitana do vale do aço e quando a gente está chegando no final dessa primeira experiência com vinte e um municípios há a solicitação... Aí o Programa cresce muito e outros municípios começam a perceber essa oportunidade, há uma solicitação para que esse consórcio se amplie e a gente chega a trinta e seis municípios naquele momento. Eu acho que isso reflete muito do que é o resultado positivo da experiência de Ipatinga. Foi parte da experiência de Ipatinga e a gente irradiou essa primeira experiência consorciada que funcionou em 2006 até 2008/2009 com esses trinta e seis municípios. Depois tivemos ainda mais duas experiências de consórcio aqui na região. Uma através da associação de municípios de gestão de esquerda especificamente, eram

sete municípios, chama-se AMDI, Associação dos Municípios pelo Desenvolvimento Integrado, e a Associação consegue celebrar um convênio com o Ministério do Esporte mantendo essa lógica de que a entidade recebe e descentraliza o uso desse recurso, então você facilita porque, por exemplo, são sete municípios na Associação, se você for fazer o convênio com cada um deles você tem sete processos de conveniamento, sete processos de prestação de contas, tudo vem vezes sete. Se você faz com a Associação, você canaliza o recurso para uma única entidade conveniada e ela na verdade é responsável de distribuir isso, como ela é também a responsável pela prestação de contas. Isso, na verdade, otimiza todo o processo.. As pessoas que sabem como funciona isso sabe que isso é um facilitador absurdo... Então isso foi uma experiência e a gente teve ainda mais outra experiência com os consorciados aqui através de outra entidade que atendeu mais quatro municípios. Isso tudo acho que reflete muito a partir da experiência de Ipatinga. Eu acho que as dificuldades elas passam por algumas limitações do próprio formato do Programa, por exemplo, quando você fala de uma experiência consorciada... Vou remeter a maior que a gente teve: de trinta e seis municípios, você tem que pensar em uma logística de deslocamento e de transporte que o Programa não cobria. A gente tinha que dar conta disso, isso foi um dificultador para expansão do Programa. Se a gente pensar na precariedade do vínculo trabalhista porque, e ainda acontece hoje, é difícil de você... Primeiro: como que você vai assegurar a questão dos encargos? Porque o recurso que vem do convênio ele não faz essa cobertura, mas em algum momento alguém tem que dar conta disso. Então há uma precariedade com relação à questão dos encargos trabalhistas. Eu acho que esses são os dois pontos mais difíceis da gestão do Programa, eu acho que a questão da logística de transporte e a questão dos encargos trabalhistas. Eu acho que a legislação isso tem um peso. Tem outro elemento que na execução a gente vai dando conta de como ele é difícil também, como o Programa é um programa dinâmico e não tem aquela caixinha pronta de “está aqui, vai acontecer isso no primeiro mês ao vigésimo mês - pois são vinte meses de conveniamento”... O que acontece no decorrer? Você tem demandas com as quais você tem dificuldade de lidar, exemplificando com o que acontece hoje no convênio de Ipatinga: Eu tenho um convênio que foi iniciado em outubro de 2015, mas foi escrito no primeiro semestre de 2013, no cenário que eu tinha lá em 2013 era um, o cenário que eu tenho quando iniciei em outubro de 2015 era outro e até o final será outro. O que eu estou querendo dizer com isso? Eu tinha, por exemplo, oficina que se tinha pensado em fazer lá e depois elas não pegaram e tivemos que abrir mão porque não teve de fato demanda, não houve adesão nesse sentido.

E houve oficinas que não estavam previstas lá e que: “Ah, não! Comunidade está pedindo, então...”. Às vezes a gente consegue ter o agente, o coordenador, o espaço... Mas o que o município tem feito? Ele tem absorvido essa questão do recurso material. Eu vou te dizer que, por exemplo, uma oficina de artesanato que a gente tinha uma expectativa com ela, mas hoje é uma das oficinas que mais abriga, principalmente, as mulheres, que a gente... quarenta grupos organizados de mulheres aqui na cidade... Que eu tenho uma demanda muito grande de material de artesanato e a gente não consegue mais fazer isso, mas o município assumiu e está custeando, então essa relação do material para consumo indicado no início do plano de trabalho, aquele que de fato a gente efetiva quando você vai implementar o Programa, esse distanciamento também é um complicador.

R.R. – Ipatinga teve algum tempo que não aconteceu o PELC nesses últimos doze anos?

C.G – Teve. Ele funcionou no município de 2004 até 2009 e ele ficou de 2009 até 2012 sem o Programa. Em 2013 quando a atual administração assumiu a primeira determinação do secretário, naquela época ainda era o Carlos, é que a gente verificasse o Ministério sobre o edital e tão logo o edital saiu a gente inscreveu o município e tivemos a felicidade de sermos aprovados e depois entramos naquele processo todo de cronograma de pagamento, imposto do Ministério, formalização do convênio e a gente começou... Conseguiu implementar o convênio atual em cinco de outubro de 2015. Mas ficamos no intervalo de 2009 até 2012...

P.J. – Como é que tu vê esse período em que não aconteceu? A população teve alguma reação? Esse não acontecimento teve alguma motivação política-administrativa?

C.G – Ipatinga teve um particular que infelizmente a cidade está vivendo de novo... Em 2008, a gente teve eleição e na época o outro prefeito eleito não pode assumir porque tinha uma questão com o Chico Ferramenta. O segundo colocado que foi o Sebastião¹⁰ assumiu e dois meses depois ele foi caçado. E o que acontece com o município? O presidente da câmara assume a prefeitura e ao assumir a prefeitura uma série de questões que estavam encaminhadas, ele não deu a devida atenção... Acho que não estava preparado para assumir

¹⁰ Sebastião de Barro Quintão

um cargo tão importante naquele momento... Daí ficamos... Inclusive em 2009, entre março e outubro tanto o Carlos Magno quanto eu trabalhamos na gestão do esporte, mas não parecia que o município tinha um comando no sentido de perceber o que era prioridade, se o esporte estava na pauta. Tanto é que em setembro de 2009 o Carlos sai e eu saio em outubro, e não houve sequer a participação do município em editais de seleção... Agora por parte da população, aquelas onde o Programa já tinha se enraizado mais houve essa solicitação, essa demanda...

[INTERRUPÇÃO NA ENTREVISTA]

C.G – Na época da Associação, que tinha sete municípios, eu já estava em Belo Horizonte fazendo mestrado e o Eduardo inclusive que ficou a frente do comando de tudo. A gente conversava muito, mas quem ficou lá diretamente dando a cara para bater, dando conta de tudo foi o Eduardo. Foi a época que nós começamos o SICONV¹¹ e foi uma dor de cabeça...[risos]

R.R – Acho que a gente não abordou essa transição do tipo de monitoramento que era feito pelo Ministério e depois pelo SICONV as dificuldades que os conveniados tiveram ou não tiveram.

C.G – Eu, até o Eduardo pode falar com mais propriedade, acho que é uma evolução sem duvida nenhuma, mas isso que você acabou de falar, estávamos falando sobre a questão dos pequenos municípios, pequenos municípios não dão conta daquilo, gente. Os pequenos municípios não conseguem sequer cadastrar de forma qualificada a proposta de um edital dentro do SICONV. Eu participei de três processo de avaliação e aí você vê que é um “ctrl+c” “ctrl + v” contrata uma consultoria que pega e guarda tudo porque eles não dão conta. Agora que é um instrumento extremamente importante na gestão, na transparência... Isso é. Mas acho que isso vai levar um tempo ainda para que os gestores, principalmente os pequenos municípios, deem conta disso.

¹¹ Sistema Nacional de Convênios

E. C. – Hoje até o município de Ipatinga tem alguma dificuldade, são poucas pessoas que conseguem... Você também tinha dificuldade com os técnicos que não conheciam a ferramenta. Te pediam para fazer alguma coisa e você dizia: “O sistema não recebe isso que você está me pedindo”. Então como que faz? Aí não sabiam. Pedia para fazer alguma coisa que nem sabia se tinha como então a dificuldade nos dois momentos.

R.R. – Foi difícil a implementação...

E.C. – Dos dois lados...

C.G – E assim, não há dúvidas que o SICONV é uma ferramenta extremamente importante que inclusive ele tem evoluído muito a gente tem percebido muito isso, mas eu acho que ainda há uma dificuldade grande não só da qualificação dos gestores que usaram essa ferramenta, mas às vezes até da própria equipe do Ministério tem essa dificuldade... Hoje a gente enfrenta isso. A gente bate uma determinada situação e a gente vai verificar e as vezes não consegue prontamente resolver, mas eu acho que é um processo que está em curso que sem dúvida em termos de gestão é extremamente importante.

P.J. – Tu comentaste que foi formador do Programa... Conta um pouquinho como foi a tua preparação para ser formador, as reuniões... Como aconteceu esse começo e de quais frentes tu participaste.

C.G – A minha história com o Programa começa em 2004, com o projeto piloto e em função disso eu começo a me interessar pelo estudo do lazer propriamente e foi aí que eu me interesse e fui fazer a especialização na UFMG. Quando me convidaram, num primeiro momento, eu fiquei pensando: “Estudo do Lazer...”. Depois, não só pela qualificação dos quadros da UFMG, mas o conteúdo programático, a discussão do lazer como uma política isso tudo acho que foi me dando embasamento... E quando o Ministério abriu, antes tinha um grupo maior de formadores que era... Como é que eles chamavam? Era um número enorme de pessoas que faziam, era um número muito grande. Aí depois o Ministério resolveu dar uma arrumada nessa casa e abre um edital de seleção para esse fim. Eu participei desse processo e me qualifiquei para estar nesse grupo de formadores, a partir de então eu comecei a realizar as formações e fui para quase o Brasil inteiro. E hoje esse

grupo está com menos de vinte pessoas... Alguns saíram para fazer doutorado... Tem uns dois que estão fazendo doutorado hoje, mas a gente chegou a ter em 2014 vinte e duas pessoas nesse grupo. Hoje nós somos, se eu não me engano, vinte ou dezenove por causa disso. O nosso trabalho na verdade é ir às cidades onde tem convênio... Houve outra mudança nesse período também e, não lembro a região exatamente onde foi, mas o Ministério começou a restringir só para municípios estados...

R.R – A partir do acordo maior que fizeram que não era mais para conveniar com as ONG's¹² devido alguns problemas administrativos que tinham acontecido. Então ficou só para governos municipais e estaduais.

C.G – É, então hoje eu tenho visitado os convênios das cidades, de estados, inclusive, na próxima semana... Domingo e segunda eu vou à Fortaleza para fazer um módulo de formação lá. Hoje esses módulos de formação são divididos em quatro blocos. Você tem o bloco introdutório I, você apresenta o Programa para onde ele vai se iniciado e, isso que eu estava falando com a Rejane mais cedo, que eu acho que a qualificação é muito importante porque... Onde que o Programa passou desde 2004? Pela formação. Acho que a gente conseguiu deixar uma contribuição de ampliação da perspectiva do trabalho com esporte e lazer. Quando você vai numa cidade para iniciar esse trabalho, ainda permanece uma lógica maior ainda de uma reprodução de escolinha de esporte. E o Programa no seu primeiro módulo tem papel de apresentar o Programa e dizer: “Olha, esse programa não é uma reprodução de uma escolinha de esportes. Esse programa é a lógica de oferecimento de oficinas esportivas, culturais, de lazer no sentido de que a gente amplie a possibilidades de escolha das pessoas em relação a sua prática de lazer”. Tem o módulo introdutório I, depois o módulo introdutório II é quando você aprofunda essa discussão. Ele acontece em torno de dois meses depois do primeiro, então você vai lá qualifica as pessoas... Tenta orientá-los em relação a dinâmica do Programa e aí dois meses depois você vai verificar se de fato na prática se eles estão conseguindo absorver isso de fato, se tem consonância ou distanciamento em relação a proposta metodológica do Programa. Depois você tem o AV1¹³ que acontece por volta do décimo mês, que é quando você vai fazer a avaliação de fato. O que foi desenvolvido nesse primeiro momento... E lá no décimo oitavo mês você

¹² Organizações não governamentais

¹³ Módulo de Avaliação I

tem o AV2¹⁴ que o que vai acontecer agora em Fortaleza, que é verificar toda a construção que foi feita e qualquer perspectiva de continuidade, não do convênio porque este tem uma data para terminar, mas de continuidade daquela política ali. Como que ao longo do convênio isso possa ser trabalhado nos dias todos no sentido de que a política tenha continuidade.

R.R. – Cláudio, já que tu foste um dos iniciantes dessa questão da formação, tu deve ter notado uma mudança significativa nesse grupo, não só de formadores, não só em termos de números, mas também em termos de perfil. Hoje tu dirias que os formadores tem um perfil que une o acadêmico e o da gestão, a maior parte tem essa experiência, essa vivência?

C.G – Olha! No primeiro momento eu acho que você tinha mais interseção do acadêmico e do campo propriamente. Eu acho que hoje você tem muita, não vou dizer que a formação está acadêmica, vou dizer que tem um componente muito mais acentuado do perfil acadêmico em relação ao que você tinha anteriormente. Eu acho que é um processo natural que aconteceu... Até a própria dinâmica do vínculo. Você precisa ter um vínculo hoje com o ensino superior para que você esteja...

R.R – Mas tu não vê essa questão da absorção por parte da academia dos valores do gestor que passaram também a se especializar, como foi o teu caso...

C.G – Sim, sim. Isso que eu estou falando. Mas eu acho que hoje você tem muito mais gente que vem da academia que se torna formador, contribui como formador do que o inverso. Do que gestor que procura se qualificar e estar na linha acadêmica. Eu acho que esse gestor, hoje a presença dele, daquelas pessoas que atuam no campo, ela é menor do que ela já foi anteriormente, mas eu acho que hoje a gente tem, sem tornar a formação estritamente acadêmica, você tem muita contribuição da academia. Agora, eu acho que isso é um ponto importante também porque mostra como o lazer de fato passou a ser um objeto importante de estudo. Porque do contrário não aconteceria... Por que a acadêmica iria se interessar por isso? Então de fato essa ponte criada de 2004 até os dias atuais mostra que há uma melhor compreensão do lazer como um objeto de estudo nesse sentido.

¹⁴ Módulo de Avaliação II

P.J. – Nós estávamos falando um pouquinho das formações, tu trabalhaste em formações aqui em Ipatinga?

C.G – Não [risos]. Eu sempre falo que o lugar que eu não quero... Eu acho que eu falei isso, não é Eduardo? Em Ipatinga eu não quero fazer formação. Timóteo¹⁵ que é a minha cidade teve Programa até agora, dois de outubro terminou o convênio lá. Inclusive na época, eu recebi um encaminhamento da UFMG para que eu fosse o formador, mas eu falei: “Não, em casa eu não vou fazer milagre”. Então, na verdade, eu evito porque fica um negócio meio contaminado... Eu como gestor, formador... Eu procuro realmente na verdade não participar, às vezes... “Você indica alguém?”. Eu falei assim: “Não, você é do nosso grupo de formadores...”, inclusive quem veio aqui duas vezes foi a Eneida¹⁶ de Porto Alegre¹⁷. A formação foi feita com dois módulos com a Eneida e com a Keni¹⁸, aquela que era de Vitória¹⁹ e agora está em São Paulo, e o último módulo que é o AV2, a Eneida não pode vir, aí veio a Liana Romera, que é de Vitória também. Então veio a Eliana e a Keni, mas eu acho que... E lá em Timóteo eram três módulos que a Marie²⁰ que fez, Marie que é de Belo Horizonte, a formação lá. Mas eu procuro sempre não misturar isso contaminar. Eu prefiro que eles escutem de quem vem de fora [risos].

R.R. – E ainda tem a formação em serviço, ou seja, aquela que a própria coordenação local realiza?

C.G – É por isso que no nosso formato aqui os coordenadores tem uma reunião toda a segunda-feira e entre segunda e sexta-feira todos eles tem que fazer uma reunião com o seu grupo que aí eles vão alternar alguns encaminhamentos burocráticos e administrativos, documental, folha de ponto, frequência, essas coisas. E em outro eles fazem de fato a discussão mais do ponto de vista pedagógico que é a formação em serviço. Na nossa organização são dois momentos. Um dos coordenadores especificamente e de cada

¹⁵ Cidade do Estado de Minas Gerais.

¹⁶ Eneida Feix.

¹⁷ Cidade do Estado do Rio Grande do Sul.

¹⁸ Keni Tatiana Vazzoler Areias.

¹⁹ Cidade do Estado de Espírito Santo.

²⁰ Marie Luce Tavares.

coordenador, nós temos dez núcleos que hoje estão cada um dos dez coordenadores reúne com seus agentes e aqui nos temos o papel do agente que é aquele que vai trabalhar com outros interesses não físico-esportivo, com artesanato, com música, com dança, com teatro. E aqueles que são estagiários que trabalham com a questão do físico-esportivo porque esses aí eu consigo fazer o estágio com a Educação Física, os outros são líderes que eu não consigo com a formação acadêmica. Então a gente tem eles contratados como agentes. A gente fez um edital específico para isso. E os outros que vão lidar com a questão físico-esportiva são estagiários e eles se reúnem com o coordenador uma vez por semana.

P.J. – Tu comentaste que são quase doze anos de projeto com uma trajetória bem longa. Tu saberias apontar os principais impactos sociais, principalmente, na formação dessas pessoas e nas comunidades?

C.G – Eu acho que principalmente no processo de formação e aí como formador, claro que eu sou árduo defensor disso, eu acho que a maior contribuição que o Programa deixa independente da presença do Ministério do Esporte e do convênio ali. Eu acho que, por exemplo, semana passada todos os nossos dez coordenadores receberam o certificado da formação a distância que eles estão fazendo. Então, quer dizer, além da gente fazer toda essa discussão com eles presencial, eu os orientei a se inscrever naquele curso que existe no Ministério hoje com a UFMG da formação a distância que são vários módulos e eles já terminaram o primeiro, então acho que esse impacto na formação deles é extremamente importante e com o elemento a se destacar nesse processo de Ipatinga como a gente abriu o edital que a gente queria ter na gestão vários olhares que não fosse só da Educação Física. Hoje nós temos entre os coordenadores, eu tenho formação em Filosofia, em Administração, em Educação Física... São quatro grupos diferentes, então quer dizer, eu não tenho só... Essas pessoas que vem de outras áreas, essa formação acabou nos qualificando melhor para entender o Programa. E a formação à distância eu acho que tem complementado isso. Agora nas comunidades eu acho que o maior impacto é aquele de você, na dinâmica de funcionamento, trazer a responsabilidade da execução para a comunidade também. Por exemplo, você vai organizar um determinado evento, não é o coordenador de um território X que vai determinar o evento que vai ser no dia tal, tal hora, dessa forma. Você vai discutir com os beneficiários como que a gente vai melhor organizar isso. E acho uma coisa: a Rejane me colocou também que a gente não consegue mensurar

isso, mas você percebe isso quando você fala: “Mas o Programa vai acabar?” “Quando que o Programa vai acabar?”. Porque as pessoas na verdade querem que aquilo permaneça, mas eu acho que ainda falta muito um exercício de se apropriar e se organizar para reivindicar. Mas eu acho que há uma percepção da comunidade da importância do Programa para elas. E eu sempre falo para eles: “Vocês precisam dizer a eles quem é quem!”. Eles precisam saber de onde que ele vem, como que ele foi constituído... Porque às vezes falta isso também, fica muito no sentido de que... E você falou das camisas, não é? Eu acho que uma coisa que às vezes é uma questão que regrediu é a sua identidade junto às comunidades. Quando, por exemplo, ele não tem a distribuição das camisas lá para o beneficiário eu deixo de marcar o território, eu deixo de dizer quem eu sou para a comunidade. É um grupo de pessoas que se reúne na praça do bairro tal, que vai fazer uma caminhada orientada, um alongamento, mas quem é esse grupo? Esse grupo precisa ter uma identidade. E quando eu não identifico essa comunidade, isso fica um pouco estático. O que a gente conseguiu minimamente compensar, como não tinha uniforme, todo o coordenador e todo agente de programa tem uniforme do Programa, mas foi um custeio da prefeitura porque não veio do convênio. Mas a gente achava que isso era importante, você demarcar... Agora, a prefeitura não tinha como, por exemplo, custear... Hoje a gente tem em torno de quatro mil inscritos no Programa. Não tem como custear quatro mil camisetas, mas nós identificamos os setenta coordenadores, agentes e estagiários do Programa. Acho que na comunidade falta um pouco disso, a gente dizer quem somos nós. Nós somos o PELC, temos uma marca... Para as pessoas criarem essa identidade.

P.J – Tu falaste um pouquinho também dos legados dos projetos na sociedade e na tua opinião o que seria possível fazer, tu comentou agora da marca, para qualificar mais o projeto em relação às dificuldades que tu apontou?

C.G – Olha, eu acho que flexibilizar um pouco a questão da listagem de material... Eu não sei do ponto de vista burocrático se é possível porque como eu sou o gestor também, eu sei da dificuldade disso, então assim, eu sei que é necessário, mas também sei que do lado de cá tem uma dificuldade com relação a isso. Eduardo me ajudou agora recentemente, a gente foi pedir para o Ministério... Eu escrevi um projeto logo no primeiro semestre de 2013 e foi executado em 2015. E para que eu execute, eu tenho que citar tudo o que eu coloquei, eu não posso nem escapar. Aí eu tinha citado tudo, quando eu cito tudo às vezes

eu coloco algum determinado item que na prática não é utilizado. Como por exemplo, eu tenho lá parado, rede de badminton. Eu tenho rede, tenho a peteca... Está tudo lá, mas não houve de fato demanda para que acontecesse. Então, assim, isso é um dificultador. Agora, quando a gente for fazer o segundo bloco de compra agora, que a gente usou basicamente economia de recurso da licitação anterior, eu tive toda uma dificuldade também que aí passa de novo pelo SICONV não é Eduardo? Que, gente, se não fosse esse cara aqui eu não conseguiria fazer! Entendeu? Porque é *muito* complicado. Principalmente nessa lógica que hoje os convênios são feitos especificamente com prefeituras, os municípios de menor porte não terão condição técnica de fazer isso porque de fato é difícil, é burocrático. Agora, o que pelo menos, o que a gente acabou de falar de uma dificuldade, eu acho que pensar em garantir e aí tanto é que nesse último edital que saiu agora, saiu um outro edital de outras linhas do PELC, mas na linha do Segundo Tempo²¹ para o desporto, luta pela cidadania... Eles já colocaram um recurso específico para compra de uniforme então, eu acho que essa questão da identidade do Programa, as pessoas saberem que programa é esse, isso é extremamente importante. E a gente vem, até no grupo de formadores, discutindo muito sobre isso. Uma cidade como Ipatinga, você tem quatro mil inscritos e aí você tem só nove regionais. Qualquer lugar que você for, você tem um agrupamento de pessoas que estão ali, mas que pessoas são essas? Que agrupamento é esse? Então eu acho que isso é extremamente importante!

P.J. – E aqui em Ipatinga vocês trabalham também com o Vida Saudável?

C.G – Não. Historicamente sempre foi o Todas as Idades. Porque na verdade no Ministério hoje você faz uma opção. Ou você se inscreve em um ou você se inscreve em outro. Até pela dinâmica de você poder garantir a intergeracionalidade a gente tem sempre feito a opção de trabalhar com Todas as Idades ou então PELC núcleos como eles chamam. Então o Vida Saudável a gente nunca trabalhou. A gente tem um atendimento dentro do programa que assegura ali , não é exclusivo, como era o Vida Saudável.

R.R – Eu estou achando excelente essa conversa com o Cláudio porque são poucos os que iniciaram os projetos pilotos e permanecem até hoje para fazer esse link histórico e são

²¹ Programa Segundo Tempo.

poucos ainda os que foram gestores, são formadores... Talvez tu sejas a única pessoa que tenha toda essa característica e isso é um diferencial importante porque o teu olhar é diferente dos demais, é um olhar mais abrangente. Ele dialoga com todas as faces do Programa.

C.G – Eu acho que eu fui feliz por ter a oportunidade de viver nisso aí. Eu passei por todas as graduações do Programa, então isso facilita. Como eu falo para eles, do mesmo jeito que os meus coordenadores diziam: “Ah, mas a gente está com o Cláudio...”. Mas assim, eu tenho essa experiência, mas eu sou mais chato com relação a isso porque daí eu vou querer que de fato a gente consiga atingir... E eu sei das dificuldades para atingir! Eu sei!

R.R. – Eu achei que tuas abordagens foram muito coerentes porque eu também tenho esse perfil teu. De ser gestora e ter sido da administração do PELC como um todo. E a gente sabe quando tu diz nós no controle do Ministério, ver o SICONV é maravilhoso porque dá a unidade uma transparência, mas por outro lado o sistema não dialoga, então não tem as exceções, não como alinhar determinadas coisas... O próprio desperdício de determinadas coisas e a falta de outras. Não tem negociação! E essa falta de negociação é *muito* complicada!

C.G – Não, o que aconteceu, semana passada eu estava em uma reunião com eles, fazendo um apanhado de tudo e eu falei para o Felipe²²: “Felipe, eu quero dar uma ida lá no nosso almoxarifado para ver!”. Aí quando eu cheguei lá e vi aqueles negócios lá falei: “Gente, quanta coisa que a gente poderia ter trocado...”. Mas do mesmo jeito que eu sei que é necessário, eu sei da dificuldade de fazer isso. Então às vezes não dá para você impor. Não tem jeito, gente! Você sabe que infelizmente é isso que acontece! O projeto lá em 2013 ia pensar um monte de coisa para o funcionamento, mas na hora que ele chegou no campo ele viu que a coisa é outra. E aí a ordem de início diz o seguinte se eu estou pensando que vou comprar dez camisas, eu tenho que ter solicitado e comprado as dez camisas para aquela ordem de início.

²² Luiz Felipe Ferreira Dias.

R.R – É porque pelo olhar de lá tu pode estar mandando o projeto para depois executar outro e aí tanto fez como tanto faz, então não é justo tu aprovar um projeto que...

C.G – E pode desvirtuar o todo....

R.R. – Mas o problema é que um pouquinho... Assim como tem o aditivo para mais do financeiro, deveria ter uma possibilidade de modificação em uns 20% do material a ser comprado... Não sei. São coisas a ser pensadas.

P.J – Tem mais alguma coisa que a gente não perguntou que tu gostarias de comentar?

C.G – Não... Eu acho que é bem isso. Acho que está tudo por aí...

P.J. – Obrigada mais uma vez e voltamos a conversar em outro momento.

[FINAL DA ENTREVISTA]